

ROMANIZAÇÃO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: A REVOLTA DOS ISAURIANOS EM 354

Gilvan Ventura da Silva*

Abstract

The Roman Empire, in despite of the political unity kept by the central government, was in fact a plural entity. Therefore, we cannot consider the so-called 'Romanisation' as an unique and homogeneous process. On the contrary, during all the imperial age we can find a lot of ethnic groups that never assimilated the Roman cultural patterns. Besides, these people in several occasions presented an earnest and violent reaction against the Roman rule, showing an amazing political resistance. In this article, we intend to analyze the historical situation of the 'Isaurians' in the Later Roman Empire and the reasons of their rebellion in 354 A. D.

O Império Romano, como se sabe, foi uma entidade política que aglutinou uma infinidade de grupos étnicos dispersos por uma extensão territorial considerável.¹ A despeito das estratégias desenvolvidas pelos romanos a fim de integrar as populações submetidas, tais como a concessão progressiva da cidadania romana, a expansão do sistema de *municipia* (incluindo a fundação de novas cidades), a requisição de efetivos militares provinciais, a cooptação por parte da elite de membros distintos das comunidades locais, a difusão do culto imperial e outras, não se pode negar que a imagem de um Império coeso e uniforme sob a égide de Roma e do imperador era tão somente um princípio de ordem ideológica, não se coadunando com a heterogeneidade cultural nem com a existência de territórios independentes no interior do *orbis romanorum*.²

*Doutor em História Econômica pela USP. Professor de História Antiga da UFES. Pesquisa atual: "Paganismo, cristianismo e judaísmo no século IV: Constâncio II e a construção do Estado Imperial Teocrático".

E:mail: gilvanventura@escelsa.com.br

Durante décadas, os especialistas em História Romana, ao tratarem do processo de expansão imperial, foram de um certo modo confundidos por essa imagem da unidade e da grandeza de Roma exaltada sem cessar pelos escritores clássicos, o que os levava a minimizar as particularidades regionais do Império em prol de uma integração entre italianos e provinciais alicerçada na cultura greco-romana, à qual se conferia um *status* privilegiado no contexto do Mundo Antigo³. Com a finalidade de explicar o sentido e o alcance das transformações socioculturais produzidas a partir do contato entre romanos e não romanos, forjou-se no início do século XX o conceito de *romanização*, o qual, logo de início, enunciava já uma relação de superioridade entre conquistador e conquistado. Mais recentemente, no entanto, historiadores e arqueólogos, ao discutirem o que se entende por *identidade romana*, têm enfatizado que o processo de romanização não pode ser compreendido em termos absolutos, devendo-se observar atentamente o modo pelo qual as inúmeras coletividades no seio do Império interpretavam a cultura romana segundo as suas próprias tradições e exigências e, com isso, construíam uma nova identidade para si próprios (LAURENCE, 1998:8). Compreendida nesses termos, a romanização se converte em um processo sincrético no decorrer do qual não se forja uma identidade romana única, mas identidades múltiplas dentro de um movimento amplo e progressivo de interação étnica entre romanos e provinciais.

Quando tratamos do processo de romanização com as particularidades que lhe são próprias, não devemos incorrer no equívoco de considerar que todas as regiões em tese submetidas ao poder imperial assimilaram efetivamente o *modus vivendi* romano, como se a romanização, mesmo com as suas variantes locais, se constituísse em um processo inelutável e irresistível, ficando sob responsabilidade dos pesquisadores apenas avaliar o alcance da fusão entre valores romanos e não romanos dentro de uma localidade determinada. É certo que a adoção sistemática de signos identificadores da cultura romana resultou, na maioria dos casos, de uma opção dos próprios provinciais em compartilharem daquilo que julgavam ser a *civilização*, ou seja, do único sistema cultural admissível, não se constatando um esforço sistemático do poder imperial em exigir a adoção incondicional da cultura greco-romana por parte dos povos submetidos, quer pela força, quer por intermédio de mecanismos simbólicos (VEYNE, 1991:299). Nesse sentido, seria absolutamente anacrônico se pretender que a romanização se fez por intermédio de um conjunto de *políticas públicas* definidas pelo Estado romano

com a finalidade de obter o domínio efetivo sobre o território imperial. O contrário, no entanto, é igualmente admissível, ou seja, a recusa deliberada por parte dos provinciais a se integrarem na cultura romana. De fato, ao longo de todo o período imperial temos conhecimento de regiões que escaparam por completo a qualquer tentativa de reduzi-las pela força ou agregá-las culturalmente, o que possibilitou a permanência de autênticos enclaves no interior do Império.

Na realidade, o controle efetivo sobre a totalidade do Império era uma miragem para as autoridades romanas, em virtude da inexistência de meios de comunicação e transporte capazes de vencer de modo eficiente a enorme extensão do território. A utilização intensa do transporte fluvial e marítimo e a criação do *cursus publicus*, um engenhoso sistema de base terrestre para a transmissão rápida de informações e deslocamento dos agentes do Estado (ACHARD, 1991:180), foram sem dúvida soluções criativas para os problemas de comunicação vividos pelo Império Romano. No entanto, a eficiência mesma desses mecanismos, tributários em larga medida da expansão urbana, era desafiada continuamente pela paisagem maciçamente rural do Império. Há muito nos acostumamos com a idéia da Civilização Antiga como sendo uma civilização fundada em cidades, conforme sugerido certa vez por Max Weber (1986) ao tratar da passagem da Antiguidade à Idade Média, para não nos surpreendermos com a constatação de que a sociedade medieval, vista tradicionalmente como rural e arcaica, nesse caso específico só faz perpetuar e acentuar estruturas herdadas do Mundo Antigo. De fato, como imenso pano de fundo sobre o qual se assentava a malha urbana do Império, existiam inúmeras regiões que se constituíam como autênticas *no man's lands*, regiões inóspitas habitadas por feras e quadrilhas de salteadores cuja travessia requeria disposição, coragem e um mínimo de planejamento. Pântanos, florestas, desertos e, acima de tudo, as cadeias montanhosas do Atlas, Pirineus, Apeninos, Tauro, Antitauro eram territórios cujas populações, em muitas ocasiões, empreenderam uma resistência cotidiana e por vezes violenta a qualquer pretensão romana de subjugá-las.

Não se trata aqui, evidentemente, de atribuir às condições geográficas a responsabilidade pela existência de regiões independentes dentro do Império Romano. No entanto, é inegável que as fronteiras naturais então existentes dificultavam, e muito, o domínio efetivo dos romanos sobre determinados territórios, os quais acabavam por se converter em refúgio para indivíduos egressos da própria sociedade romana, que afrontavam a ordem vi-

gente na condição de renegados, como, por exemplo, pastores, veteranos empobrecidos, desertores do exército, proscritos das guerras civis e escravos fugitivos (SHAW, 1991:259-60). No outro extremo, porém, temos populações inteiras que conseguiram resguardar a sua autonomia diante da expansão abrupta e violenta dos romanos, justamente por habitarem tais regiões, o que lhes conferia uma capacidade ímpar de resistência diante do conquistador. Vivendo à margem da cidade, um autêntico pólo de irradiação da romanidade em todos os planos da vida social (BUSTAMANTE, 1997:396), essas populações muitas vezes conservavam uma organização social vinculada a um passado pré-estatal, o que lhes conferia um nível elevado de solidariedade e dificultava a sua assimilação à cultura romana pela ausência justamente de uma elite que pudesse se compor com Roma e de algum modo auferir benefícios da aceitação do poderio romano. Vivendo sob o risco iminente de perda da liberdade, esses povos se mostraram em mais de uma oportunidade refratários a qualquer compromisso com os romanos, resultado direto, em nosso entender, de uma *opção política* que reforçava sobremaneira os laços identitários que os uniam.

Dentre os povos que manifestaram uma oposição aguerrida ao domínio romano, um dos mais combativos foram, sem dúvida, os habitantes da Isáuria, uma região íngreme e de difícil acesso situada na parte central da cadeia montanhosa do Tauro, entre as províncias da Panfília, Cilícia e Pisídia. Organizados em comunidades pastoris, os *kietai* (ou isaurianos, conforme o rótulo étnico que lhes fora atribuído do exterior) retiravam o seu sustento da criação de cabras; da exploração da madeira, utilizada para o fabrico de embarcações; e dos saques periódicos que realizavam contra os comerciantes que se aventuravam nos portos do litoral da Ásia Menor (CHAPOT, 1928:253)⁴. A penetração dos romanos na região meridional da Ásia Menor, ocorrida em fins da República, não foi capaz de submeter as populações que viviam no altiplano, de modo que os isaurianos puderam permanecer ao abrigo de qualquer interferência direta dos romanos durante séculos (SHAW, 1991:259). Do ponto de vista administrativo, a Isáuria fazia parte da província da Cilícia, criada no final do século II a.C. e entregue ao propretor Marco Antônio. Somente no IV século d.C. a Isáuria passa a ser organizada como uma província independente, ao ser separada da província da Cilícia por conta das reformas de Diocleciano e Constantino⁵.

A penetração cultural dos romanos na Isáuria se viu sempre limitada pelas zonas montanhosas do Tauro. Cidades como Claudiópolis, Germanicópolis

e Selêucia, a capital da província, situada às margens do rio Calicadnos, foram fundadas pelos romanos e cedo se tornaram núcleos de difusão da cultura clássica. No início do Principado, Selêucia era a pátria dos filósofos peripatéticos Ateneu e Xenarca, ao passo que no Baixo Império se tornou um centro de peregrinação para os devotos de Tecla, a discípula de Paulo que teria evangelizado o território e cujo corpo se encontrava sepultado nos arredores da cidade (ROUGÉ, 1966:283 e 314). A defesa da região, no entanto, era uma tarefa por demais complicada, em virtude do relevo montanhoso, o que favorecia bastante os isaurianos, acostumados a se locomover nas escarpas e treinados em táticas de guerra de guerrilha. Entrincheirados nas zonas íngremes do Tauro, os isaurianos infligiam contínuas derrotas ao exército romano. Suas táticas de guerra principais consistiam no arremesso dos *missilia* e no lançamento de rochas contra os soldados que insistiam em persegui-los pelas escarpas⁶. Evitando o enfrentamento direto e conduzindo as operações militares para as zonas do altiplano, os isaurianos eram praticamente imbatíveis.

Em face de tantos problemas para consolidar sua permanência na região, os romanos eram obrigados a pactuar com os líderes das tribos do planalto, a fim de obterem alguma penetração na Isáuria. Muito embora os isaurianos não carecessem de líderes próprios, alguns dos quais podem ser identificados por intermédio da documentação, como, por exemplo, Tarkondimotos, com quem Cícero teve de se compor durante a sua passagem pelo governo da Cilícia, não há indícios consistentes de que tais líderes fossem algo mais do que chefes responsáveis pela organização das operações de pilhagem, sem dispor de instrumentos eficazes para coagir seus subordinados, razão pela qual são classificados, em geral, como bandidos e não como reis (SHAW, 1990:226). A intensidade do controle exercido sobre os isaurianos dependia diretamente de dois fatores: a) da distribuição periódica de dádivas por parte dos administradores das municipalidades e b) do emprego maciço de forças privadas (SHAW, 1991:259). Nesse último caso, cumpre assinalar que o Estado romano jamais instituiu uma rede policial centralizada e eficiente para lidar com a manutenção da ordem interna do Império, ficando a repressão à criminalidade e aos distúrbios rurais e urbanos a cargo das próprias cidades por intermédio de vigilantes urbanos⁷. Caso fosse necessária uma ação ostensiva e que se estendesse inclusive sobre as zonas rurais, recorria-se ao auxílio de assassinos semiprofissionais, os *diogmitai*, “caçadores de bandidos” comissionados a título privado pelos

governadores de província (SHAW, 1991:263). Para qualquer contratempo mais grave, fazia-se indispensável a intervenção do exército.

Diante de uma situação como essa, territórios cuja romanização era incipiente, a exemplo da Isáuria, tendiam à revolta e ao separatismo sempre que o controle exercido pelo Estado se mostrasse frágil, como vemos ocorrer amiúde entre 235 e 284, quando a Anarquia Militar por pouco não produziu o colapso do Império Romano. Sob o governo de Probo (276-282), um indivíduo denominado Lídio reuniu um bando de isaurianos descontentes e empreendeu uma série de saques por toda a Panfília e a Lícia, difundindo o terror pela região até ser vencido à traição por um dos seus seguidores (ZÓZ. I,69)⁸. À parte este episódio, ocorrido num momento de intensa crise política vivida pelo Estado romano, não constatamos revoltas semelhantes dos isaurianos até 354, muito embora a região fosse considerada uma das mais belicosas do Império, por conta dos atos rotineiros de banditismo praticados pelos seus habitantes (AM. XIV,II,1). De fato, o próprio ingresso dos romanos na Isáuria, entre 100 e 50 a.C., se deu com o propósito de debelarem as esquadras de piratas que infestavam o litoral (SHAW, 1991:284), ao passo que entre 36 e 42 foram necessários quatro mil legionários e numerosos corpos auxiliares para combater os saqueadores (TAC., *Ann.*, VI, XLI e XII, 55). No IV século, entretanto, a “questão isauriana” se torna muito mais grave, escapando da esfera dos ataques esporádicos patrocinados por um bando de salteadores das montanhas contra as populações da planície. Nesse sentido, temos fortes indícios de que as relações entre os romanos e os montanheses estavam adquirindo uma outra conotação, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista cultural, e a revolta de 354, descrita por Amiano, representa um momento significativo dentro desse processo.

Em 354, ocasião na qual César Galo governava os territórios orientais como auxiliar de Constâncio II, os isaurianos se insurgiram vigorosamente contra os romanos, por conta da penalidade degradante imposta a alguns dos seus companheiros, os quais haviam sido lançados às feras no anfiteatro de Icônio, cidade da Pisídia, como punição pelos seus crimes. Imbuídos de violenta indignação, os habitantes das montanhas do Tauro intensificam os ataques às embarcações comerciais que utilizavam os portos do litoral da Anatólia e massacram sistematicamente a tripulação. Em seguida, deslocando-se com rapidez pelos altiplanos, os isaurianos prosseguem com as suas investidas. Abandonando as incursões litorâneas, se dirigem para o interior da província, ocupando a zona de fronteira entre a Licaônia e a Isáuria, para

desespero das populações locais e dos viajantes. Diante da aproximação das tropas romanas e conscientes da sua inferioridade num confronto em terreno plano, os isaurianos se dirigem à Panfília e a partir daí atacam Laranda. Expulsos por destacamentos da cavalaria romana, sitiaram durante três dias a cidade de Paleas, centro de abastecimento para as tropas que protegiam toda a fronteira da Isáuria. A cidade resiste bravamente e, famintos, os isaurianos se lançam sobre Selêucia de Calicadnos, defendida pelo *comes* Castrício com três legiões. Temendo combater abertamente os isaurianos, em razão da inferioridade numérica de suas tropas, Castrício recua para dentro das muralhas de Selêucia, passando a ser sitiado pelos invasores. O cerco à cidade somente é levantado pela pronta intervenção do *Comes Orientis* Nebrídio, enviado por Galo para auxiliar Castrício, o que foi feito com a reunião apressada de todos os efetivos disponíveis. Os isaurianos, no entanto, não foram vencidos em combate pelo exército romano, batendo em retirada tão logo tomaram conhecimento da aproximação de Nebrídio, o que lhes permitiu retornar às suas montanhas inacessíveis sem terem sofrido nenhuma derrota significativa.

A partir do relato de Amiano Marcelino sobre a revolta de 354, podemos obter informações significativas no que diz respeito às relações culturais entre isaurianos e romanos durante o Baixo Império. Os habitantes da Cilícia-Isáuria eram, de um modo geral, assimilados a outros grupos étnicos recalcitrantes que faziam parte do *orbis romanorum*, tais como os capadócijs, os egípcios e os judeus, sendo então considerados “bárbaros internos”, em contraposição aos bárbaros que viviam fora do território diretamente controlado pelos romanos (germanos, partos, dácijs e outros, cf. SHAW, 1990:233). Assim, muito embora atingidos por diversos estigmas relacionados à barbárie, os isaurianos antes do IV século aparecem geralmente descritos como *latrones* (bandidos) e *praedones* (salteadores, piratas), rótulos pejorativos que realçavam a sua condição de indivíduos que se opunham à *lex romana* e não propriamente como pertencentes a um agrupamento étnico exterior ao próprio Estado imperial. Sabemos que, do ponto de vista do vocabulário político, somente aqueles que possuíam condições de declarar guerra a Roma eram tratados como autênticos inimigos (*hostes*) a serem combatidos em uma guerra (*bellum*, cf. SHAW, 1991:252). Desse modo, qualquer outro ato que contrariasse frontalmente a ordem pública era considerado puro banditismo perpetrado por proscritos, o que lhes negava uma identidade étnico-política. De um modo geral, as ações dos bandidos ficavam restritas ao saque e à pilhagem como uma forma de sobrevivência, um ofício ilegal, e não um ato consciente de resistência política ao domínio romano. No caso da narra-

tiva de Amiano Marcelino, muito embora o autor qualifique em duas passagens os isaurianos como *latrones* e *praedones*, conformando-se assim ao emprego de uma terminologia já consolidada para defini-los, temos duas preciosas indicações que nos demonstram que algo estava mudando no modo pelo qual os romanos se relacionavam com os isaurianos e vice-versa.

Ao iniciar a sua descrição da revolta dos isaurianos em 354, Amiano (XIV,II,1) afirma que os mesmos,

habitados tanto a viver em paz quanto a lançar a desordem por toda a parte por meio de bruscas incursões, após haverem cometido furtivamente e de quando em quando atos de banditismo cuja impunidade reforçava sua audácia crescente em se comportar mal, precipitaram-se em violentas ações de guerra ('bellum').

Mais à frente, em outra passagem, Amiano (XIV,II,12) menciona que os isaurianos, ao serem expulsos da cidade de Laranda, não capitulam diante da investida romana, mas fazem apelo *a toda a elite de sua juventude que haviam deixado no seu domicílio* para que se junte a eles no esforço de resistência aos inimigos. Tendo em vista tais considerações, parece-nos que a revolta dos isaurianos em 354 não pode ser mais compreendida como uma mera operação de pilhagem perpetrada por uma quadrilha de bandidos, a exemplo do que ocorria até então.

Amiano, ele mesmo, reconhece que até 354 os atos ilegais dos isaurianos eram praticados furtivamente, o que equivale a dizer que eram bastante circunscritos do ponto de vista regional e sem uma duração temporal muito extensa. No caso da revolta de 354, ao contrário, nos deparamos com uma autêntica operação de guerra que do litoral se expande para as zonas fronteiriças e que culmina com o sítio à capital da província. Durante a campanha, os isaurianos, ao se verem em uma posição de inferioridade diante dos inimigos, solicitam reforços, não hesitando mesmo em convocar os mais aptos dentre os jovens, os quais não haviam sido inicialmente recrutados. O aumento do contingente, ao que tudo indica, deixou os isaurianos numa situação no mínimo confortável, uma vez que Castrício, tendo à sua disposição três legiões romanas, ou seja, cerca de 3000 homens⁹, avaliou ser mais prudente buscar proteção nas muralhas de Selêucia do que enfrentar os inimigos, mesmo se encontrando em campo aberto, sítio no qual a destreza de combate dos soldados romanos era reconhecidamente superior. Como evi-

dência suplementar de que os acontecimentos de 354 se constituíram em uma operação de guerra dos isaurianos contra os romanos, temos o testemunho do anônimo autor da *Expositio totius mundium et gentium*, obra composta em meados da década de 350, sendo, portanto, contemporânea aos eventos descritos por Amiano. Ao tratar das características dos povos que habitavam o Império, diz-nos o autor da *Expositio* (XLV): *existe, do outro lado da Cilícia, a Isáuria, que se diz possuir homens valorosos. Eles por vezes se entregam ao banditismo ('latrocinium'), e eles desejaram mesmo se tornar os inimigos ('aduersarii') dos romanos, mas não puderam vencer o nome invencível.*

A intenção evidente e a vontade obstinada dos isaurianos em afrontar o poderio romano, declarando guerra ao Império e assolando territórios da própria Isáuria, da Licaônia e da Panfília parecem indicar uma sensível alteração no padrão de relações entre os romanos e as populações do altiplano. A clivagem que se produz no IV século entre isaurianos e romanos não pode ser entendida, inicialmente, como a oposição entre dois Estados rivais, mesmo que tenhamos conhecimento da existência de um tratado formal de paz celebrado entre Valente e os habitantes da Isáuria, após o recrudescimento das revoltas na região, em 368 (AM. XXVII,9,7). De fato, não há nada que nos autorize a falar em um Estado isauriano emergindo no final da Antiguidade. Pelas poucas informações que possuímos acerca da organização social desse povo, talvez seja mais lícito supor que o território continuava a ser habitado, mesmo no IV século, por comunidades de pastores. No entanto, no episódio de 354, os isaurianos demonstram reconhecer-se como uma entidade política distinta e oposta aos romanos, exigindo dos mesmos um tratamento de respeito à própria autonomia da Isáuria frente ao poder imperial, o que nos conduz a examinar agora o móvel da revolta.

Por intermédio de Amiano, sabemos que o estopim do movimento não resultou de qualquer tentativa de repressão ostensiva às ações dos isaurianos desencadeada pelos provinciais, mas de um motivo no mínimo incomum. Segundo o que narra o nosso autor (AM. XIV,II,1),

A turbulência incessante [dos isaurianos] havia estimulado seu espírito de agressão mas, conforme suas declarações, eles ficaram profundamente revoltados com o tratamento indigno sofrido por alguns de seus irmãos prisioneiros que tinham sido em Icônio, cidade da Pisídia, em um espetáculo do anfiteatro, lançados às bestas ferozes, contrariamente ao costume.

A explicação dada por Amiano para a revolta nos remete à existência de uma polarização cultural explícita entre os habitantes das zonas montanhosas e inacessíveis da Isáuria e a população romanizada da província. A condenação *ad bestias* fazia parte dos chamados *summa supplicia*, ou seja, um conjunto específico de penalidades previstas no Direito Romano, cuja aplicação não tinha por finalidade produzir a execução pura e simples do réu, mas submetê-lo a uma morte dolorosa, vagarosa e ultrajante, no decorrer da qual o mesmo permanecia exposto à execração pública (GRODZYNSKI, 1984:361)¹⁰. O teor da penalidade *ad bestias* consistia no abandono dos condenados às feras no espaço do anfiteatro, muitas vezes sem portarem armas consigo, representando a execução, efetuada dessa maneira, apenas um prelúdio para os combates de gladiadores que se seguiam, uma vez que a *damnatio ad bestias* ocorria sempre durante os *ludi*, celebrações que acompanhavam determinadas festas integrantes do calendário romano. Em alguns casos, os que escapavam à aplicação imediata da pena eram enviados à escola de gladiadores, a fim de se exercitarem minimamente no manejo das armas, o que propiciaria à platéia uma exibição de melhor qualidade por ocasião do próximo *ludus* (GRODZYNSKI, 1984:368). Reservada de início aos condenados estrangeiros, a *damnatio ad bestias* atingia igualmente, sob a dinastia dos Severos, os réus de *status* social inferior (*humiliores*) acusados de roubo de gado, assassinato, sacrilégio, incêndio culposo e magia, sendo que, em virtude da gravidade do crime cometido, até mesmo indivíduos normalmente isentos dos *summa supplicia* poderiam ser expostos às feras (GARNSEY, 1970:129-31).

Em 325, no entanto, Constantino decreta que todos os condenados à *damnatio ad bestias* deveriam ter a pena comutada para trabalhos forçados nas minas, de modo que seus crimes pudessem ser reparados sem derramamento de sangue (GRODZYNSKI, 1984:370). A insistência por parte das autoridades da Pisídia em aplicar a *damnatio ad bestias* aos isaurianos, contrariando assim o costume instituído por Constantino, só pode ser explicada de modo satisfatório se levarmos em consideração, por um lado, o preconceito nutrido contra os isaurianos por conta dos seus atos de banditismo e, por outro, a sua assimilação a não-romanos, a autênticos bárbaros, em defesa dos quais a lei romana não poderia ser evocada. Muito provavelmente, foi em razão da aplicação de uma pena, a qual, no fim das contas, propiciava um espetáculo degradante para os condenados, que os isaurianos se insurgiram, considerando-a um autêntico ultraje à dignidade do seu povo.

A *damnatio ad bestias*, dado o seu caráter de execução pública e tendo lugar no decorrer das festividades celebradas com jogos de gladiadores, se constituía num ritual de afirmação da ordem romana, uma celebração na qual os espectadores, ao exultarem com a agonia dos supliciados, referendavam em conjunto a penalidade que lhes era aplicada (SCOTT, 1990:45). No espaço da arena, o estigma dos submetidos ao *summum supplicium* era reforçado e potencializado, encarnando-se na pessoa dos condenados a alteridade que os opunha aos seus detratores. Ao mesmo tempo que os isaurianos eram considerados bárbaros e, por essa razão, passíveis de sofrer a *damnatio ad bestias*, embora em tese o procedimento tivesse sido já ab-rogado, os romanos presentes à execução reafirmavam a supremacia da sua cultura e, desse modo, reforçavam os valores que os uniam contra os estigmatizados que jaziam desfigurados pelas feras. Nesse momento, a identidade romana surgia como uma realidade, devido ao reconhecimento da alteridade contida no rito dos supliciados (AUGÉ, 1997:103). Desse confronto, os valores romanos saíam mais uma vez fortalecidos, reiterando-se um discurso de dominação sustentado, de um lado, pelo próprio anfiteatro, um espaço privilegiado de construção e reconstrução da identidade romana durante o período imperial (HOPE, 1998:191) e, por outro, pelo contexto no qual a *damnatio ad bestias* era aplicada. De fato, os festivais romanos devem ser compreendidos como ocasiões nas quais os valores da sociedade romana eram dramatizados publicamente, reiterando-se assim os pressupostos sobre os quais se assentava a própria ordem romana (MENDES, 2000:287). Muito embora alguns festivais, como as Saturnálias, por exemplo, contivessem em si elementos de transgressão dos valores sociais, o princípio da festa em Roma não era subversivo por excelência. Pelo contrário, inúmeras celebrações consistiam em reafirmações solenes dos princípios hierárquicos que estruturavam a própria sociedade (VALERI, 1994:404) e a *damnatio ad bestias*, realizada nessas ocasiões, é uma prova contundente disso¹¹.

Diante de um ritual como esse, o qual reafirmava a glória da superioridade romana, os isaurianos não permaneceram impassíveis. Muito pelo contrário, julgando que o tratamento recebido pelos seus companheiros presos era indigno e ultrajante, o conjunto dessa população desencadeou a primeira das operações de guerra do Baixo Império contra o Estado romano. Nesse momento, os isaurianos atestam possuir uma integração tal que lhes permite afrontar as tropas romanas até mesmo em campo aberto. Sobre o nível político dessa integração, infelizmente sabemos muito pouco, mas tudo leva a crer que agissem de modo coletivo por um movimento de adesão das

comunidades pastoris do altiplano, sendo significativo o fato de não haver registro de nenhum líder específico a comandar o esforço de guerra contra Roma. De qualquer modo, o mais importante é perceber que, em meados do IV século, os isaurianos possuíam uma consciência muito clara das diferenças irreduzíveis que os opunham aos romanos, servindo o episódio da *damnatio ad bestias* como um poderoso catalisador identitário para inflamar a ofensiva contra as cidades da região. A fim de explicar o sentido desse acontecimento, faz-se necessário retomar aqui a hipótese de Rougé (1966:300-1), segundo a qual os isaurianos foram, a partir do IV século, assimilados aos bárbaros, encontrando-se assim, do ponto de vista étnico, na mesma situação que godos e hunos, por exemplo. Assimilados aos bárbaros e confinados num *limes* de fortificações avançadas que isolavam a zona montanhosa frente à planície, os isaurianos jamais se integraram ao padrão cultural greco-romano. Uma das evidências mais expressivas do seu nível de resistência foi, sem dúvida, a permanência, em pleno Baixo Império, do *luwian*, o idioma nativo falado na região da Isáuria (JONES, 1964:993-4). Contra as suas investidas, o Estado romano dos séculos IV e V não conseguiu jamais encontrar uma saída simbólica eficaz. Somente a força, exercida no mais alto grau, poderia submetê-los, razão pela qual a resistência dos isaurianos será vencida apenas com a sua deportação sistemática para a Trácia, patrocinada pelo imperador Anastácio em 498 (OSTROGORSKY, 1983:79-80).

Documentação e bibliografia

1- DOCUMENTAÇÃO

AMMIEN MARCELLIN. T. I (livres XIV-XVI). Introduction, traduction et notes par Édouard Galletier. Paris: Les Belles Lettres, 1968.

EXPOSITIO TOTIUS MUNDIUM ET GENTIUM. Introduction, texte critique, traduction, commentaires et notes par Jean Rougé. Paris: Du Cerf, 1966.

TACITO. *Annali*. Traduzione di Bianca Ceva. Milano: Rizzoli, 1997.

ZOSIMO. *Nueva historia*. Introducción, traducción y notas de José María Candau Morón. Madrid: Gredos, 1992.

2 - BIBLIOGRAFIA

- ACHARD, G. *La communication a Rome*. Paris: Les Belles Lettres, 1991.
- AUGÉ, M. *Por uma antropología dos mundo contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1997.
- BUSTAMANTE, R. M. C. *De Architectura* de Vitrúvio e Thamugadi: teoria e prática. *Phoînix*, Rio de Janeiro, p. 381-401, 1997.
- _____. Construção da história da África Romana: historiografia "colonizada" X historiografia "descolonizada". *História*, São Paulo, v. 17/18, p. 127-45, 1999.
- CHAPOT, V. *El mundo romano*. Barcelona: Cervantes, 1928.
- GARNSEY, P. *Social status and legal privilege in the Roman empire*. Oxford: Clarendon Press, 1970.
- GRODZYNSKI, D. Tortures mortelles et catégories sociales. In: DU CHÂTIMENT DANS LA CITÉ. Rome: École Française de Rome, 1984.
- HOPE, V. M. Negotiating identity and status: the gladiators of Roman Nîmes. In: LAURENCE, R. & BERRY, J. *Cultural identity in the Roman empire*. London: Routledge, 1998, p. 179-95.
- JONES, A. H. M. *The later Roman empire*. Oxford: Basil Blackwell, 1964.
- LAURENCE, R. Introduction. In: _____ & BERRY, J. *Cultural identity in the Roman empire*. London: Routledge, 1998, p. 1-9.
- MENDES, N. M. *Feriae romani*: discurso imperial romano. *Phoînix*, Rio de Janeiro, p. 282-94, 2000.
- OSTROGORSKY, G. *Historia del Estado bizantino*. Madrid: Akal, 1983.
- POUTIGNAT, P. & STREITT-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- ROBERT, J. N. *Os prazeres em Roma*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ROUGÉ, J. L'Histoire Auguste et l'Isaurie au IV siècle. *Revue des Études Anciennes*, Paris, n° 68 (3/4), p. 282-315, 1966.
- SCOTT, J. C. *Domination and the arts of resistance*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- SHAW, B. Bandit highlands and lowland peace: the mountains of Isauria-Cilicia. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, Leyden, vol. XXXIII, p. 199-233, 1990.
- _____. O bandido. In: GIARDINA, A. (Org.) *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1991, p. 249-80.

- VALERI, V. Festa. In: ROMANO, R. (Dir.) *Enciclopédia Einaudi*. V. 30. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 402-414.
- VAN BERCHEM, D. *L'armée de Dioclétien et la réforme constantinienne*. Paris: Imprimerie National, 1952.
- VEYNE, P. 'Humanitas'. Romanos e não romanos. In: GIARDINA, A. (Org.) *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1991, p. 283-302.
- WEBER, M. As causas sociais do declínio da cultura antiga. In: COHN, G. (Org.) *Weber – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986, p. 37-57.

Notas

¹ Comunicação apresentada durante o Simpósio "Diversidade étnica, identidade e resistência no Império Romano", evento integrante da programação da 53ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência ocorrida entre 13 e 19 de julho de 2001 em Salvador, Bahia. Na ocasião, tivemos o prazer de dialogar com as professoras Ana Teresa Marques Gonçalves e Regina Maria da Cunha Bustamante, às quais agradecemos as observações no sentido de aprimorar a qualidade do trabalho.

² Por grupo étnico compreendemos, conforme sugere Poutignat (1998:26), *uma unidade que engloba os indivíduos definidos através de uma herança cultural comum*.

³ Para uma excelente revisão das correntes historiográficas acerca do processo expansionista romano, em particular no que diz respeito ao caso da África do Norte, consultar Bustamante (1999).

⁴ O termo *isauriano*, utilizado para designar uma gama de povos que viviam nas regiões do altiplano, provinha da *gens Isauria*, ou seja, do nome atribuído às populações que habitavam as aldeias de *Isaura Vetus* e *Nova*, situadas na extremidade oriental dos flancos montanhosos do Tauro (SHAW, 1990:202).

⁵ Contrariando a praxe administrativa do Baixo Império, a qual tendia a produzir uma separação estrita entre as esferas civil e militar das atividades públicas, a Isáuria será governada (provavelmente a partir de 354) por um *comes et praeses*, ou seja, um líder militar que reveste ao mesmo tempo os poderes civis de um governador de província, fato então excepcional, o que nos demonstra o quanto o controle sobre a região era difícil para os romanos (JONES, 1964:373).

⁶ Os *missilia* se distinguiam dos dardos comuns por serem mais curtos, mais pesados e ligeiramente empenados, o que os tornava mais precisos e lhes conferia maior

poder de penetração (ROUGÉ, 1966:313). Em algumas situações, particularmente nos combates corpo a corpo, os isaurianos recorriam também ao uso da espada (*gladius* cf. Am. XIV,II,16).

⁷ Os indivíduos envolvidos na manutenção da ordem pública municipal eram conhecidos por diversos títulos: *phylakes* e *paraphilakes* (guardas civis), *irenarcas* (comissários ou prefeitos de polícia) e *nocturni* (guardas noturnos que patrulhavam as ruas com o auxílio de escravos). A sua ação, entretanto, era meramente local, não havendo vestígios de nenhuma operação integrada entre os efetivos de patrulha em âmbito provincial (ROUGÉ, 1966:303 e SHAW, 1991:263).

⁸ No decorrer da investida, Lídio e seus homens se apoderaram da cidade de Cremna, no platô Anatólio, apresentando uma resistência aguerrida durante o cerco perpetrado à cidade pelas tropas romanas. A fim de garantir o aprovisionamento dos invasores, Lídio chegou mesmo, nos conta Zózimo, a precipitar os habitantes mais idosos dos abismos que cercavam a cidade. Lídio, no entanto, é traído por um dos seus homens e ferido mortalmente enquanto vigiava os inimigos através das muralhas de Cremna, tendo exigido antes de morrer que os seus companheiros resistissem até o fim ao cerco romano, o que não foi cumprido (ZOZ.I,69).

⁹ A despeito das sérias dúvidas que persistem ainda sobre o montante de soldados que integravam uma legião, os historiadores se inclinam por um efetivo de 1000 homens, cifra que se coaduna melhor com as raras indicações numéricas que possuímos para a época do Baixo Império (VAN BERCHEM, 1952:110).

¹⁰ Os *summa supplicia* previstos no direito romano eram os seguintes: vivicombustão, crucificação, enforcamento, exposição às feras e *culleus* (GRODZYNSKI, 1984:364). O *culleus* era um invólucro feito de couro destinado à conservação e ao transporte de gêneros alimentícios. Por derivação, a pena segundo a qual o acusado era encerrado nesse invólucro junto com um cão, um galo, uma serpente e um macaco e depois lançado n'água era denominada *poena cullei* ou simplesmente *culleus*.

¹¹ Quanto a isso, talvez fosse interessante mencionar que, durante o período imperial, momento em que se constitui o discurso da supremacia romana diante dos seus inimigos e de triunfo perpétuo da civilização contra a barbárie que a cerca (VEYNE, 1991:295), observamos igualmente um aumento significativo do interesse público pelos combates de gladiadores, a ponto de, no início do século IV, haver nada menos do que 175 dias de festa reservados exclusivamente a eles (ROBERT, 1995:96). Multiplicando-se os jogos, multiplicavam-se na mesma proporção as oportunidades de demonstração da supremacia romana contra os infames e os prisioneiros de guerra, o que nos leva a reservar aos *ludi* um lugar central no estudo dos mecanismos de construção da identidade romana durante o período imperial.